

FACUMINAS

MAYSA EULINA FIGUEIREDO DE MELO MACHADO

**TURISMO SUSTENTÁVEL EM ÁREAS PROTEGIDAS: O PAPEL
DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO
LOCAL E NA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

CORONEL FABRICIANO - MG, 2025

FACUMINAS

**TURISMO SUSTENTÁVEL EM ÁREAS PROTEGIDAS: O PAPEL
DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO
LOCAL E NA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à FACUMINAS de Coronel
Fabriciano – MG como requisito para
obtenção do diploma do Curso Gestão
Ambiental e Desenvolvimento
Sustentável.

CORONEL FABRICIANO - MG, 2025

Sumário

RESUMO.....	2
INTRODUÇÃO	4
O PAPEL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL E NA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	6
O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e sua relação com o turismo sustentável em áreas protegidas	9
Impactos do turismo sobre a fauna e a flora e estratégias de manejo sustentável	11
A educação ambiental no ecoturismo: trilhas interpretativas, centros de visitantes e programas de sensibilização	15
Turismo Sustentável em Unidades de Conservação: Gestão, Tecnologia e Parcerias	16
Parque Nacional do Iguaçu (PR): gestão eficiente do turismo e conservação ambiental.....	24
Bonito (MS): modelo de ecoturismo baseado na sustentabilidade e controle de visitantes.	25
Reserva Mmirauá (AM): turismo comunitário como ferramenta de conservação da biodiversidade.	28
METODOLOGIA.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS.....	35

RESUMO

O turismo sustentável em áreas protegidas desempenha um papel fundamental na conservação da biodiversidade e no desenvolvimento socioeconômico local. Este estudo acadêmico e socioambiental foi elaborado a partir de análises bibliográficas, abordando a relação entre o turismo e as Unidades de Conservação (UCs), analisando os impactos positivos e negativos da atividade turística sobre a fauna, a flora e as comunidades locais. Além disso, são explorados os benefícios do turismo sustentável para o desenvolvimento econômico regional, incluindo a geração de empregos, o fortalecimento das comunidades tradicionais e a implementação de programas de educação ambiental voltados tanto para moradores quanto para visitantes. A pesquisa também apresenta estudos de casos evidenciando práticas que conciliam turismo e conservação, destacando a imprescindibilidade da Gestão e Planejamento no Turismo Sustentável. Este trabalho contribui para o debate sobre o equilíbrio entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico, destacando a importância do turismo responsável nas Unidades de Conservação para o desenvolvimento econômico de comunidades no entorno e inseridas nas UCs e na valorização da biodiversidade brasileira.

Palavras-chave: Turismo Sustentável. Unidades de Conservação (UCs). Biodiversidade. Desenvolvimento Socioeconômico. Gestão Ambiental.



INTRODUÇÃO

A regulamentação do turismo sustentável no Brasil é um tema de grande relevância, especialmente no contexto do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O turismo sustentável busca equilibrar a exploração turística com a preservação dos ecossistemas, minimizando impactos ambientais e promovendo práticas responsáveis.

No âmbito do SNUC, a legislação prevê diretrizes específicas para garantir que o turismo em áreas protegidas ocorra de forma planejada, respeitando a biodiversidade e os modos de vida das comunidades locais.

Dentre os desafios enfrentados pelo turismo sustentável em áreas protegidas, destaca-se a necessidade de estratégias eficazes de gestão, o controle rigoroso da capacidade de carga turística, o uso de tecnologia para monitoramento ambiental e a implementação de parcerias público-privadas (PPP). Além disso, cabe ressaltar a importância que as unidades de conservação desempenham para desenvolvimento socioeconômico nas comunidades onde estão localizadas e na conservação da biodiversidade.

Conforme a Coleção 9 do MapBiomias (2024), a perda de áreas naturais brasileiras chegou a 33% em 2023, tendo como marco referencial para o cálculo a colonização portuguesa. Os organizadores do estudo alertam que “a perda da vegetação nativa nos biomas brasileiros tende a impactar negativamente a dinâmica do clima regional e diminuir o efeito protetor durante eventos climáticos extremos”, o que torna imprescindível gerir essas áreas com foco na sustentabilidade e conservação dos ecossistemas.

Diversos exemplos no Brasil demonstram que é possível conciliar turismo e conservação ambiental por meio de boas práticas de gestão; o Parque Nacional do Iguaçu (PR), Bonito (MS), e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (AM), são exemplos de turismo sustentável aplicado por meio de gestão ambiental com foco no desenvolvimento sustentável. Essas áreas protegidas não apenas garantem a manutenção de ecossistemas e espécies ameaçadas, mas também oferecem oportunidades econômicas para comunidades locais, promovendo emprego e renda de forma sustentável.

Apesar dos avanços na regulamentação e gestão do turismo sustentável no Brasil, ainda existem outros desafios significativos a serem enfrentados além dos causados pelas atividades humanas, os quais podem comprometer a viabilidade do

turismo sustentável em algumas regiões. As mudanças climáticas (advindas de causas naturais e/ou antrópicas, as características atmosféricas) representam uma ameaça crescente para as unidades de conservação, impactando ecossistemas frágeis e alterando padrões de biodiversidade, como também, eventos extremos: como secas prolongadas, inundações, erupções vulcânicas, tempestades de grande magnitude e aumento da temperatura dos oceanos.

O fortalecimento das políticas de incentivo ao ecoturismo e o desenvolvimento de mecanismos de financiamento sustentável são fundamentais para garantir a continuidade das ações de preservação, um ecoturismo mais sustentável e resiliente, garantindo que as riquezas naturais do Brasil sejam preservadas para as futuras gerações.

O PAPEL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL E NA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

As unidades de conservação são áreas legalmente instituídas para proteger a biodiversidade e garantir o uso sustentável dos recursos naturais. Para que o turismo ocorra de forma equilibrada nesses espaços, devem ser adotadas estratégias de gestão que buscam minimizar impactos ambientais e garantir a conservação dos ecossistemas.

Segundo a Lei n.º 9.985, de 2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o conceito de Unidades de Conservação abranger tanto territórios terrestres quanto aquáticos, incluindo mares, rios, lagos e outros corpos d'água sob jurisdição nacional, assim como preconiza o artigo 2º da lei:

“conceitua-se unidades de conservação o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (Lei n.º 9.985/2000, art. 2º, I; grifo nosso).

O principal objetivo das UCs é a conservação, protegendo a biodiversidade, ecossistemas, serviços ambientais e patrimônios naturais e culturais; para garantir essa proteção, cada unidade possui limites definidos oficialmente, evitando sobreposições e conflitos de uso. Além disso, essas áreas seguem um regime especial de administração, sendo geridas por órgãos ambientais federais (como o ICMBio), estaduais ou municipais, podendo contar com parcerias com ONGs e setor privado; para assegurar sua integridade, aplicam-se garantias adequadas de proteção, por meio de leis que restringem atividades prejudiciais e estabelecem penalidades para infrações ambientais.

As Unidades de Conservação são classificadas em dois grandes grupos: as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável. Dentro do grupo das Unidades de Proteção Integral, algumas categorias como: o Parque Nacional (PARNA), Monumento Natural (MONA), e Refúgio de Vida Silvestre (RVS) permitem a visitação pública para fins de educação ambiental, pesquisa científica e ecoturismo, desde que respeitadas as normas de conservação:

As Unidades de Proteção Integral que tem visitação restrita são: a Estação Ecológica (ESEC), a qual é permitida apenas pesquisa científica e atividades restritas de educação ambiental e as Reserva Biológica (REBIO) que se restringem

as pesquisas científicas autorizadas pelo gestor da UC, com visitação pública proibida.

As Unidades de Conservação de Uso Sustentável estão divididas em sete categorias: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Interesse Ecológico Relevante (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reserva de Fauna (RF) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Cabe salientar que nem todas as Unidades de Conservação (UCs) de Uso Sustentável permitem visitação pública. Assim com as UCs de Proteção Integral a permissão depende das regras específicas de cada categoria e das normas de gestão estabelecidas pelo órgão responsável, como o ICMBio nos casos de UCs Federais.

A Área de Proteção Ambiental (APA) e a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), por exemplo, oferecem maior flexibilidade para atividades turísticas e recreativas, desde que respeitem as normas de preservação. A Floresta Nacional (FLONA), assim como a Reserva Extrativista (RESEX) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), permitem visitação controlada, com foco em ecoturismo, educação ambiental e atividades que não impactem negativamente os ecossistemas ou as comunidades locais; o turismo nessas unidades deve ser planejado para conciliar as necessidades de conservação e as oportunidades de desenvolvimento econômico e social.

Em unidades como a Reserva de Fauna (RF), a visitação pública é mais restrita, sendo permitida principalmente para atividades de pesquisa científica ou ecoturismo com rigoroso controle. Já a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) permite visitação, mas a decisão sobre o acesso depende do proprietário, que pode promover o turismo ecológico ou outras atividades sustentáveis.

De maneira geral, as UCs de Uso Sustentável buscam equilibrar a preservação ambiental com o uso sustentável dos recursos naturais, e a visitação pública desempenha um papel importante em educação ambiental e sensibilização sobre a importância da conservação, sempre para minimizar impactos ambientais.

Conforme Queiroz e Vallejo *apud* Takahashi (2004), afirmam as deve-se evitar nesses locais, onde é de extrema relevância conservar a biodiversidade, atrelar as atividades de visitação ao turismo de mero entretenimento, os passeios devem ter o propósito de sensibilizar as pessoas sobre a importância dos recursos naturais por meio da educação ambiental:

“atividades de uso público devem estar sempre vinculadas ao componente

educativo para a estimulação do aprendizado do visitante e não o simples entretenimento”. Assim, compreendemos a importância de um plano de manejo que contemple e realize tais atividades de forma a possibilitar que os usuários percebam as UCs, também, como espaços de formação (QUEIROZ e VALLEJO *apud* TAKAHASHI ,2004, p. 25).

Uma das estratégias mais relevantes, para que o turismo sustentável exerça seu papel socioeconômico e ambiental, é a implantação do controle da capacidade de carga turística, que estabelece limites para o número de visitantes em determinadas áreas, evitando a degradação do meio ambiente e reduzindo os impactos sobre a fauna e a flora locais, esse controle permite que as áreas protegidas mantenham sua integridade ecológica, ao mesmo tempo que proporcionam experiências de turismo sustentável.

Outro mecanismo essencial é o uso de tecnologia para monitoramento ambiental, que auxilia na detecção precoce de impactos negativos do turismo, permitindo a adoção de medidas corretivas; tecnologias como sensores ambientais, drones e imagens de satélite são utilizadas para monitorar o comportamento dos visitantes, a qualidade da água e a presença de espécies ameaçadas.

Além disso, os modelos de parcerias público-privadas (PPP) têm se mostrado uma alternativa eficaz para a gestão sustentável do turismo em unidades de conservação, pois, essas parcerias permitem maior eficiência administrativa, com investimentos privados em infraestrutura e fiscalização, garantindo melhores condições para os visitantes sem comprometer a preservação ambiental.

O ecoturismo em unidades de conservação impulsiona a economia local por meio da criação de postos de trabalho em atividades como guias turísticos, hospedagens ecológicas, transporte sustentável e artesanato. Além disso, a geração de receita proveniente do turismo ecológico pode ser reinvestida na própria conservação da área, permitindo melhorias na infraestrutura, na fiscalização e na capacitação de profissionais.

No aspecto da conservação da biodiversidade, as unidades de conservação são essenciais para manter ecossistemas e proteger espécies endêmicas. O turismo sustentável, quando bem-planejado, pode atuar como um aliado na preservação, uma vez que a valorização econômica da biodiversidade estimula a proteção dos recursos naturais. Um exemplo de sucesso nesse contexto é o Parque Nacional da Serra da Capivara (PI), que abriga sítios arqueológicos de grande importância e desenvolveu um modelo de turismo sustentável que gera benefícios diretos para a população local. Outro exemplo é o Parque Nacional Marinho de

Fernando de Noronha (PE), onde a visitação é limitada e controlada, garantindo a proteção dos recifes de corais e da fauna marinha.

Ao alavancar o ecoturismo, essas unidades não geram apenas oportunidades econômicas para as comunidades locais elas proporcionam dignidade e empoderamento, além de incentivando práticas que respeitam o meio ambiente e garantem a conservação dos ecossistemas. Isto posto, ratifica-se que o turismo sustentável, ao valorizar a biodiversidade e os recursos naturais, contribui para a conscientização ambiental, fortalecendo a economia local e, ao mesmo tempo, preservando o patrimônio natural para as futuras gerações. Dessa forma, as Unidades de Conservação que possuem uma gestão ambiental com foco no desenvolvimento sustentável se tornam fundamentais para o equilíbrio entre o desenvolvimento humano e a preservação ambiental.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e sua relação com o turismo sustentável em áreas protegidas

O turismo sustentável em Unidades de Conservação (UCs) é uma prática que busca equilibrar a atividade turística com a preservação ambiental e o bem-estar das comunidades locais. Seu principal objetivo é garantir que a exploração turística não comprometa a biodiversidade e os ecossistemas protegidos. Para isso, baseia-se em princípios como a minimização dos impactos negativos, a valorização da cultura e do conhecimento local, a promoção da educação ambiental e o envolvimento das populações residentes na gestão e nos benefícios do turismo.

O turismo convencional e o ecoturismo apresentam diferenças fundamentais quando realizados em áreas protegidas; o turismo convencional tem como foco o lazer e o entretenimento, muitas vezes sem considerar os impactos ambientais e sociais da atividade, já o ecoturismo é uma vertente do turismo sustentável que prioriza a interação responsável com a natureza, incentivando a conservação ambiental e proporcionando experiências educativas aos visitantes. Assim, em suma, enquanto o turismo convencional pode gerar degradação ambiental se não for regulamentado, o ecoturismo busca a preservação e o uso responsável dos recursos naturais.

Campos *apud* Wearing e Neil (2005), afirma que existem quatro elementos indispensáveis para classificar a atividade turística como ecoturismo: a área de visitação deve ser o “mais natural possível”; todo roteiro de visita baseia-se na

natureza; o visitante é induzido à conservação; e o passeio tem o objetivo educativo. Segundo os pesquisadores “Esses fundamentos priorizam a ideia de mitigar impactos ao meio ambiente e conscientização ambiental”.

A implementação do turismo sustentável em UCs traz diversos benefícios, como a geração de renda para as comunidades locais, a valorização da biodiversidade e a promoção da pesquisa científica. Além disso, permite que visitantes tenham contato direto com ambientes naturais preservados, incentivando práticas de conservação. No entanto, há desafios consideráveis, como a necessidade de infraestrutura adequada, o controle da capacidade de carga das áreas visitadas e a fiscalização eficaz para evitar impactos negativos ao meio ambiente.

A gestão do turismo sustentável requer planejamento estratégico e envolvimento de múltiplos atores, incluindo governos, organizações não governamentais e populações locais. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei n.º 9.985/2000, estabelece diretrizes para a criação, gestão e uso das UCs no Brasil, incluindo o turismo sustentável.

Segundo o SNUC, as atividades turísticas devem ser compatíveis para conservação de cada UC, sendo regulamentadas para garantir a sustentabilidade ambiental. A legislação prevê a elaboração de planos de manejo que definem as regras para o turismo e outras atividades dentro dessas áreas, buscando minimizar impactos e promover a conservação dos ecossistemas, segundo a legislação o plano de manejo é:

“documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (SNUC, Lei n.º 9.985/2000, Art. 2º, XVII).

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e outros órgãos ambientais desempenham um papel fundamental na gestão do ecoturismo em Unidades de Conservação, o ICMBio é responsável por administrar as UCs federais, regulamentando o turismo e garantindo que ele ocorra de forma sustentável. Além disso, promove ações de fiscalização, educação ambiental e capacitação de gestores e comunidades para o desenvolvimento de atividades turísticas compatíveis com a conservação ambiental; o sucesso do ecoturismo depende de uma governança eficiente, que equilibre o uso sustentável dos recursos naturais com a preservação das áreas protegidas para as futuras gerações.

Conclui-se que o turismo sustentável em Unidades de Conservação é uma estratégia essencial para promover a conservação ambiental, ao mesmo tempo, em que possibilita benefícios econômicos e sociais. O SNUC e os órgãos ambientais, especialmente o ICMBio, desempenham um papel fundamental na gestão dessas atividades, garantindo que o turismo em áreas protegidas ocorra de forma responsável e alinhada aos objetivos de conservação. Dessa forma, a efetivação do turismo sustentável depende de uma governança eficiente, do envolvimento das comunidades locais e de políticas públicas que assegurem a manutenção da biodiversidade para as futuras gerações.

Impactos do turismo sobre a fauna e a flora e estratégias de manejo sustentável

O turismo em ambientes naturais pode trazer tanto impactos positivos quanto negativos para a fauna e a flora; entre os impactos positivos, destaca-se o incentivo à conservação dos ecossistemas, uma vez que a presença de visitantes pode gerar receitas para a manutenção das áreas protegidas. Além disso, o turismo sustentável promove a educação ambiental e sensibiliza a população sobre a importância da biodiversidade, contribuindo para a valorização dos recursos naturais e o desenvolvimento de políticas de preservação.

Em muitas regiões, a atividade turística impulsiona pesquisas científicas e projetos de reintrodução de espécies ameaçadas, além de fomentar o envolvimento das comunidades locais na proteção ambiental; por outro lado, o turismo também pode causar impactos negativos significativos sobre a fauna e a flora, principalmente quando não é adequadamente gerenciado. O excesso de visitantes pode levar ao pisoteamento da vegetação, compactação do solo e destruição de habitats naturais.

Além disso, o aumento do ruído e a presença humana frequente podem estressar os animais silvestres, alterando seus padrões de comportamento e reprodução, outro problema é a alimentação inadequada de animais por turistas, que pode causar dependência alimentar e desequilíbrios ecológicos. O lixo deixado nas trilhas e áreas de visitação também representa um risco para a fauna, podendo resultar em ingestão de resíduos e intoxicações.

Para minimizar os impactos ambientais do turismo, diversas estratégias de manejo sustentável são adotadas. Uma das principais medidas é o controle da

capacidade de carga das áreas visitadas, limitando o número de turistas conforme a sensibilidade do ecossistema. O planejamento de trilhas e a implementação de passarelas elevadas ajudam a reduzir a degradação do solo e a evitar danos à vegetação. Segundo salienta Fernandes (2005) é relevante para evitar impactos negativos causados por um grande fluxo de visitantes em áreas naturais, adotar medidas de controle e acompanhamento da presença humana.

“Para controlar e monitorar o acesso de um número excessivo de pessoas em áreas naturais [...] o estudo do número máximo de visitantes que uma destinação pode receber sem alterar suas características ambientais, surge como uma ferramenta que possibilita o crescimento do turismo, sem, contudo provocar a degradação dos recursos naturais, que nesse caso são o próprio atrativo turístico e a motivação das viagens” (FERNANDES, 2005, p 2-3).

Nesse sentido, a definição do limite adequado de visitação torna-se uma estratégia importante, pois ajuda a equilibrar o crescimento do turismo com a conservação do meio ambiente, ao determinar a quantidade máxima de pessoas que um destino pode receber sem comprometer suas características naturais, essa abordagem assegura a manutenção dos atrativos que tornam a região especial, permitindo que o turismo continue a ocorrer sem prejudicar os recursos que o sustentam.

Em síntese, o cálculo da capacidade de carga de uma área visitada para determinar o número máximo de pessoas que podem frequentá-la sem causar danos significativos ao meio ambiente leva em conta fatores como o tamanho do local, a sensibilidade da fauna e da flora, e a infraestrutura disponível. De forma simplificada, o processo envolve três etapas principais: primeiro, calcula-se a capacidade física, ou seja, quantas pessoas caberiam no espaço considerando sua área total, por exemplo, se uma trilha tem 1.000 metros e cada pessoa precisa de 2 metros para caminhar confortavelmente, a capacidade física seria de 500 pessoas por vez.

Depois, ajusta-se esse número para obter a capacidade real, levando em consideração restrições ambientais, de infraestrutura e se há partes do caminho que são muito frágeis ou se o tempo de recuperação do solo é longo, esse valor diminui para evitar danos ao ecossistema. Por fim, define-se a capacidade efetiva, que considera fatores como a quantidade de fiscais disponíveis, o número de banheiros, a segurança dos visitantes e os impactos na fauna local, esses elementos podem reduzir ainda mais o número de pessoas permitidas na área.

Com base nesses cálculos, estabelece-se um limite diário de visitantes e

podem ser implementadas regras como agendamento prévio e horários específicos para visitação; essas medidas ajudam a proteger a natureza e garantir uma experiência segura e agradável para todos. Além disso, a sinalização adequada e a realização de campanhas educativas são essenciais para sensibilizar os visitantes sobre a importância de respeitar as normas ambientais e não interferir na fauna local.

Outra estratégia eficaz é a implementação de programas de monitoramento ambiental, que permitem avaliar os impactos do turismo e ajustar as práticas de manejo conforme necessário. A presença de guias treinados também contribui para a sensibilização dos turistas e para a fiscalização do cumprimento das regras ambientais.

Dentre outras medidas que podem ser implementadas temos a adoção de práticas sustentáveis por empreendimentos turísticos, como: o uso de energias renováveis, gestão eficiente de resíduos e incentivo ao turismo de baixo impacto, que ajuda a reduzir a pegada ecológica das atividades turísticas. Portanto, o turismo pode ser um aliado da conservação ambiental quando planejado e gerenciado de forma responsável.

A adoção de estratégias de manejo sustentável também é fundamental para garantir que os benefícios econômicos e sociais gerados pela atividade turística não comprometam a integridade dos ecossistemas naturais. O envolvimento de comunidades locais, órgãos ambientais e setor privado na implementação dessas estratégias é essencial para assegurar um turismo que valorize e proteja a biodiversidade, promovendo o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental.

Inclusive, o turismo ecológico tem se mostrado como uma alternativa econômica viável para comunidades tradicionais e indígenas, proporcionando oportunidades de geração de renda e desenvolvimento sustentável. Em muitas regiões, essas comunidades possuem conhecimentos únicos sobre a biodiversidade local, práticas culturais autênticas e modos de vida que despertam o interesse de turistas.

O turismo comunitário e o etnoturismo permitem que essas populações compartilhem sua cultura, ao mesmo tempo, em que mantêm o controle sobre a atividade, garantindo que os benefícios econômicos sejam distribuídos de maneira justa. Além disso, quando bem-planejado, o turismo pode fortalecer a identidade

cultural e valorizar o patrimônio imaterial dessas comunidades.

No entanto, a implementação do turismo em territórios indígenas e tradicionais requer uma abordagem cuidadosa para evitar impactos negativos, como a descaracterização cultural e a exploração inadequada dos recursos naturais. A regulamentação adequada e a participação ativa das comunidades no planejamento das atividades turísticas são fundamentais para garantir que o turismo seja um meio de empoderamento e não uma ameaça à sua autonomia.

O incentivo a práticas sustentáveis e o respeito aos direitos dessas populações são essenciais para que o turismo se torne uma ferramenta de fortalecimento social e econômico. Além de beneficiar diretamente as comunidades, o ecoturismo tem um impacto significativo na economia local, impulsionando diversos setores relacionados.

A demanda por serviços como hospedagem, alimentação, transporte e guias turísticos gera empregos e oportunidades para pequenos empreendedores, muitas vezes, a atividade turística contribui para a diversificação econômica de regiões antes dependentes de práticas como a agricultura e a pesca, tornando-se uma fonte complementar de renda. O crescimento do ecoturismo também incentiva a capacitação profissional e o desenvolvimento de novas habilidades entre os moradores locais, ampliando suas perspectivas no mercado de trabalho.

Outro fator relevante é o estímulo à conservação ambiental; comunidades que antes exploravam os recursos naturais de maneira intensiva podem encontrar no turismo uma alternativa sustentável para sua subsistência. A valorização da biodiversidade e a adoção de práticas ecologicamente responsáveis podem gerar benefícios a longo prazo, tanto para o meio ambiente quanto para a economia regional, no entanto, para que esses impactos sejam positivos, é necessário planejamento adequado, infraestrutura compatível e fiscalização eficiente, evitando o turismo predatório e garantindo que a atividade respeite os limites ambientais da região.

Dessa forma, o turismo sustentável, quando bem estruturado, pode ser uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento socioeconômico de comunidades tradicionais e indígenas, além de impulsionar a economia local de forma responsável. A integração entre preservação ambiental, valorização cultural e geração de renda é fundamental para que o ecoturismo seja um modelo eficaz de crescimento sustentável.

A educação ambiental no ecoturismo: trilhas interpretativas, centros de visitantes e programas de sensibilização

A educação ambiental desempenha um papel fundamental no ecoturismo, promovendo a conscientização sobre a importância da conservação da natureza. Nesse contexto, as trilhas interpretativas e os centros de visitantes são ferramentas essenciais para sensibilizar os turistas, as trilhas interpretativas são caminhos planejados para oferecer informações educativas sobre a fauna, a flora e os ecossistemas locais, muitas vezes contando com placas informativas ou guias especializados. Para Bueno e Santos (2006) a forma de sensibilizar os turistas pela educação ambiental deve diferenciar-se das técnicas utilizadas na educação formal, incorporando-se e elucidando valores e atitudes voltadas para natureza:

“[...] deve-se ressaltar que o ecoturismo é desenvolvido e realizado em áreas supostamente naturais, que compreendem espaços diferenciados dos espaços da educação ambiental formal (escolar) e que prescindem do desenvolvimento da educação ambiental como uma forma de potencializar a sustentabilidade da atividade, incorporando-se como um instrumento à ação do planejamento ecoturístico, sendo capaz de elucidar valores e atitudes comportamentais, comprometidas com o meio ambiente natural” (BUENO E SANTOS, 2006, p. 6).

Essa abordagem, da educação ambiental voltada para o turismo, permite que os visitantes compreendam melhor os processos naturais e os impactos de suas ações no meio ambiente, incentivando atitudes mais responsáveis, já os centros de visitantes, diferentes dos passeios a céu aberto nas áreas verdes, funcionam como espaços de aprendizado que disponibilizam exposições, vídeos e atividades interativas sobre a biodiversidade e os desafios ambientais da região. Esses espaços tornam a experiência turística mais enriquecedora e estimulam um compromisso com a preservação ambiental.

Além das estruturas educativas, a própria experiência do ecoturismo pode influenciar significativamente o comportamento sustentável dos visitantes. O contato direto com a natureza, combinado com informações adequadas, desperta nos turistas um senso de pertencimento e responsabilidade ambiental.

Estudos indicam que indivíduos que vivenciam experiências ecoturísticas tendem a adotar hábitos mais sustentáveis, como a redução do desperdício, o consumo consciente e o apoio a práticas de conservação. Esse impacto pode ser potencializado por atividades imersivas, como trilhas guiadas, observação da fauna e participação em projetos de conservação, que conectam os visitantes de forma

mais profunda ao ambiente natural.

Além de atingir os turistas, os programas de educação ambiental são essenciais para envolver também as comunidades locais na conservação das áreas protegidas. Esses programas incluem oficinas, palestras e atividades práticas voltadas para moradores e empreendedores que trabalham com turismo.

A sensibilização das populações locais sobre a importância da preservação não apenas reduz impactos negativos, como também cria oportunidades de geração de renda sustentável, desestimula o êxodo populacional, traz oportunidades de emprego e formação profissional. Muitas iniciativas buscam capacitar moradores para atuarem como guias ecológicos, monitores ambientais ou produtores de artesanato sustentável, promovendo um modelo econômico alinhado à conservação da biodiversidade.

As comunidades engajadas no processo de conservação dos espaços naturais e turismo ecológico acabam também modificando o seu comportamento, tornando-se um agente multiplicador do conhecimento e protetor da biodiversidade do entorno, por compreender que a proteção daqueles espaços trará não só um retorno financeiro como também melhoria da qualidade de vida e conservação da natureza.

Portanto, a educação ambiental no ecoturismo é um pilar fundamental para garantir que as atividades turísticas contribuam para a proteção dos ecossistemas. As trilhas interpretativas, os centros de visitantes e os programas educativos desempenham um papel estratégico na formação de uma consciência ambiental entre turistas e comunidades locais. Quando bem estruturados, esses recursos transformam a experiência ecoturística em uma poderosa ferramenta de mudança comportamental, promovendo práticas sustentáveis e incentivando a conservação da natureza a longo prazo.

Turismo Sustentável em Unidades de Conservação: Gestão, Tecnologia e Parcerias

A sustentabilidade no turismo é um desafio que exige planejamento estratégico e ações integradas entre diferentes setores, em Unidades de Conservação (UCs), o equilíbrio entre a visitação e a preservação ambiental é essencial para garantir a longevidade dos ecossistemas e a manutenção dos serviços ambientais que essas áreas oferecem, evitando os danos irreversíveis aos

ecossistemas, que o fluxo descontrolado de visitantes pode causar a esses espaços. Diante desse desafio, o planejamento participativo e envolvimento das comunidades locais na gestão turística é extremamente relevante.

Não obstante, é necessário compreender que o turismo sustentável em Unidades de Conservação não deve ser planejado apenas pelos gestores públicos, técnicos ambientais e empresários, mas sim envolver diretamente as comunidades locais. Pois, não existe conservação de uma área sem a sensibilização e o envolvimento direto da comunidade no entorno da UC; isso é essencial para que a atividade turística, além de conservar os recursos naturais, contribua para o desenvolvimento econômico da população residente e respeite a cultura local.

A participação da comunidade pode ocorrer por meio de fóruns, conselhos consultivos e processos de gestão participativa, onde representantes locais têm voz ativa na definição de diretrizes para o turismo na região. Dessa forma, é possível evitar conflitos entre visitantes e moradores, além de garantir que os benefícios financeiros gerados pela atividade turística sejam distribuídos de forma mais justa.

Uma modalidade que fortalece esse envolvimento ao oferecer experiências autênticas, como hospedagem em casas de moradores, trilhas guiadas por guias locais e gastronomia típica, é o turismo comunitário. Esse modelo permite que a população tenha uma fonte de renda direta com o turismo, fortalecendo a identidade cultural e incentivando a conservação dos recursos naturais, uma vez que a sustentabilidade ambiental passa a ser um interesse coletivo.

Segundo Araújo e Gelbcke (2008) o turismo comunitário surge como uma resposta às limitações e impactos negativos do turismo de massa, promovendo uma alternativa mais sustentável e inclusiva. Diferente das grandes cadeias hoteleiras e dos pacotes turísticos convencionais, essa modalidade coloca as comunidades locais no centro do processo, permitindo que elas se beneficiem diretamente da atividade turística:

“Turismo Comunitário surge como uma alternativa ao turismo de massa. Ele representa uma estratégia de desenvolvimento para grupos com menores condições de ingressarem de maneira autônoma (*self-reliance*) na cadeia produtiva do turismo. É uma modalidade de turismo que prioriza o lugar, a conservação ambiental e a identidade cultural” (ARAÚJO E GELBCKE, 2008, p. 10).

Portanto, estabelecendo-se como uma estratégia de desenvolvimento econômico e social voltada especialmente para grupos historicamente marginalizados ou com dificuldades de inserção na indústria tradicional do turismo. Dessa forma, possibilitando que essas comunidades desenvolvam e gerenciem

suas próprias iniciativas turísticas, garantindo maior autonomia financeira e fortalecimento da identidade local.

Outro ponto essencial do turismo comunitário é seu compromisso com a conservação ambiental, ao contrário do turismo de massa, que frequentemente gera degradação dos ecossistemas devido ao excesso de visitantes e à exploração predatória dos recursos naturais, essa modalidade promove práticas sustentáveis. Diversas iniciativas incluem o uso racional da água, o descarte correto de resíduos, o incentivo ao consumo de produtos locais e até mesmo a implementação de atividades de reflorestamento e recuperação ambiental; o turismo comunitário, portanto, não apenas protege a biodiversidade, mas também cria uma relação equilibrada entre a presença humana e a natureza, garantindo a preservação dos ecossistemas para as gerações futuras.

Além da sustentabilidade ambiental, o turismo comunitário desempenha um papel fundamental na preservação e valorização da identidade cultural. Enquanto o turismo de massa tende a padronizar e até descaracterizar culturas locais para atender às expectativas dos visitantes, o turismo comunitário busca exatamente o oposto: ele fortalece os costumes, os saberes ancestrais e as expressões artísticas das populações envolvidas.

Isso ocorre por meio da valorização de danças, músicas, gastronomia típica, artesanato e práticas tradicionais, que não apenas enriquecem a experiência dos turistas, mas também reforçam o orgulho e o senso de pertencimento das comunidades anfitriãs. Dessa forma, o turismo comunitário se estabelece como uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento socioeconômico, a conservação ambiental e a valorização cultural oferecendo às comunidades a oportunidade de gerir seu próprio destino turístico, gerar renda de forma sustentável e garantir que a atividade não comprometa sua identidade nem seus recursos naturais.

Além disso, representa uma alternativa mais ética e responsável ao turismo de massa, promovendo relações mais justas e equilibradas entre visitantes e anfitriões, onde o respeito pelo lugar e por seus habitantes se torna o principal pilar da experiência turística.

Cabe salientar que quando pensamos na proteção dos espaços utilizados para o turismo ecológico, o uso de tecnologia no monitoramento ambiental do turismo em Unidades de Conservação tem sido uma grande aliada na gestão ambiental: inovação tecnológica, o uso de drones, sensores ambientais e sistemas

de monitoramento via satélite tem permitido um controle mais eficaz sobre a presença e o impacto dos visitantes. Por meio de sensores remotos e câmeras instaladas em trilhas e pontos estratégicos, os gestores e técnicos conseguem analisar padrões de visitação e detectar possíveis comportamentos inadequados, como descarte irregular de lixo ou entrada em áreas de preservação restrita.

Além disso, atualmente aplicativos de celular desenvolvidos para visitantes fornecem informações em tempo real sobre trilhas, condições climáticas e normas de conduta dentro das Unidades de Conservação, promovendo a educação ambiental e incentivando a visitação responsável. Segundo a Ascom do MMA (2018) com o lançamento do aplicativo Parques do Brasil foi possível, a partir de 2019, inicialmente, obter informações sobre 30 unidades de conservação sob a responsabilidade do ICMBio:

“O aplicativo Parques do Brasil reúne informações sobre as principais unidades de conservação (UCs) do país, aquelas responsáveis pelo maior fluxo de visitantes. Pela ferramenta, é possível pesquisar informações sobre as UC mais próximas do usuário, incluindo orientações sobre como chegar, atrativos, descrição das trilhas, atividades disponíveis, o bioma da unidade, as principais espécies protegidas, condições de acessibilidade e preços de ingressos [...] disponíveis em português, inglês e espanhol. [...] A ideia é que professores, estudantes, turistas e demais interessados tenham em mãos uma fonte de informações simples, intuitiva e concisa. Uma vez conectado, basta selecionar a UC desejada e começar a pesquisa”.

Outro aplicativo interessante, é o “BoRa Parque Nacional do Iguaçu” lançado em 2021 pela startup Fubá Educação Ambiental, incubada no Parque Tecnológico Itaipu, visando proporcionar aos visitantes do parque uma experiência educativa inovadora, oferece informações sobre a fauna, flora, cultura e história da região de maneira lúdica e acessível. O aplicativo inclui recursos como trilhas autoguiadas, audiodescrição, tradução em Libras e está disponível em português, espanhol e inglês, além disso, permite que os usuários coletem figurinhas virtuais durante as trilhas, tornando a visitação mais interativa e educativa.

O uso da inteligência artificial também vem ganhando espaço nesse cenário, permitindo a análise de dados ambientais para prever impactos e sugerir medidas preventivas. A tecnologia não apenas auxilia no monitoramento, mas também potencializa a capacidade de planejamento dos gestores, tornando o turismo mais eficiente e sustentável, a exemplo do MapBiomias, uma iniciativa colaborativa que mapeia e monitora a cobertura e o uso da terra no Brasil ao longo do tempo, utilizando tecnologia de sensoriamento remoto e inteligência artificial.

Lançado em 2015, o MapBiomias foi desenvolvido pelo Observatório do

Clima, em parceria com diversas instituições, como universidades, ONGs e empresas de tecnologia. Seu principal objetivo é fornecer dados detalhados e de acesso livre sobre mudanças no uso do solo no Brasil, ajudando na formulação de políticas públicas, conservação ambiental e combate ao desmatamento.

A ferramenta, que utiliza imagens de satélite do *Google Earth Engine* para gerar mapas anuais da cobertura e uso da terra desde 1985. Isso permite o acompanhamento detalhado das transformações no território brasileiro, como o avanço da agropecuária, a redução de florestas e mudanças em áreas urbanas. Entre suas principais aplicações, o MapBiomas é utilizado para monitoramento do desmatamento, análise de mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos e suporte para políticas ambientais.

A plataforma é aberta ao público e possibilita que qualquer pessoa acesse e analise dados sobre a evolução da vegetação e dos biomas brasileiros, tornando-se uma ferramenta essencial para a sustentabilidade e gestão ambiental. Auxiliando também na formulação de modelos de gestão para o desenvolvimento do turismo sustentável nas UC, sendo possível identificar se a atividade está gerando algum tipo de impacto negativo sobre a área.

Uma das alternativas para gerir as atividades de visitação em UC é permitir que à iniciativa privada possa operar serviços turísticos dentro das UCs, garantindo investimentos na infraestrutura e melhorando a experiência dos visitantes por meio de concessão. Em muitos países, esse modelo tem sido adotado como uma alternativa para a manutenção financeira dessas áreas, uma vez que os recursos públicos nem sempre são suficientes para garantir a conservação e a operação adequada dos parques.

No Brasil, exemplos bem-sucedidos de concessões incluem o Parque Nacional do Iguaçu, onde a administração privada de serviços turísticos tem contribuído para a geração de receita e melhoria da infraestrutura sem comprometer a preservação ambiental. A concessão de serviços como transporte interno, alimentação e hospedagem permite que o poder público concentre esforços na fiscalização e na implementação de políticas ambientais eficazes.

Contudo, é fundamental que os contratos de concessão sejam bem estruturados para evitar que o lucro empresarial se sobreponha aos interesses da conservação. A definição de contrapartidas ambientais e sociais, a exigência de certificações de sustentabilidade e a criação de mecanismos de fiscalização são

essenciais para garantir que as concessões contribuam para a preservação dos recursos naturais a longo prazo.

Por isso, torna-se indispensável as parcerias entre diferentes setores, para garantir eficiência e transparências nas ações para conservação ambiental e o desenvolvimento do turismo sustentável. No Brasil, diversas Unidades de Conservação contam com a atuação conjunta de órgãos governamentais, empresas privadas e organizações não governamentais para garantir a preservação ambiental e a oferta de serviços de qualidade aos visitantes.

Empresas do setor turístico também podem contribuir ao financiar projetos de conservação, apoiar pesquisas científicas e promover o turismo de base comunitária, adotando práticas ecológicas em seus empreendimentos, reduzindo sua pegada ambiental por meio de ações como o uso de energias renováveis, a redução de plásticos descartáveis e a implementação de sistemas de gestão de resíduos. Ademais, o setor privado pode atuar diretamente no financiamento de projetos de conservação, como reflorestamento de áreas degradadas, recuperação de nascentes e apoio à pesquisa científica.

Diante do exposto, nota-se que a sustentabilidade no turismo em Unidades de Conservação depende de uma abordagem integrada, que envolva controle de fluxo, planejamento participativo, uso de tecnologia, concessões bem estruturadas e parcerias intersetoriais. O setor privado, quando comprometido com práticas responsáveis, pode ser um grande aliado na conservação ambiental e na promoção de um turismo que respeite os limites ecológicos e culturais das áreas protegidas, pois, a adoção dessas estratégias garantirá que as gerações futuras também possam usufruir das belezas naturais e culturais desses espaços de maneira consciente e equilibrada.

ESTUDOS DE CASO

Os estudos de caso são instrumentos valiosos na análise do impacto do turismo sustentável, especialmente quando se consideram as áreas protegidas, como as unidades de conservação, essas análises detalhadas possibilitam a identificação de boas práticas e desafios, fornecendo exemplos práticos que podem ser aplicados em outras regiões. Ao investigar as especificidades de cada caso, é possível compreender como o turismo pode gerar benefícios econômicos diretos para as comunidades locais, através da criação de empregos, aumento da demanda por serviços e produtos locais, e a promoção de iniciativas empreendedoras.

Além disso, essas experiências revelam como as estratégias de gestão ambiental podem ser aprimoradas, levando em conta a preservação dos ecossistemas e a minimização dos impactos ambientais, garantindo que o desenvolvimento turístico seja realmente sustentável. A relação entre turismo e conservação em UCs é intrínseca e precisa ser cuidadosamente gerida para alcançar resultados positivos; no entanto, o turismo, se não for adequadamente planejado, pode ameaçar a integridade desses ecossistemas, provocando degradação ambiental, sobrecarga de infraestruturas e conflitos com as comunidades locais.

Como alternativa para um possível conflito de interesses, o turismo sustentável entra como uma solução que visa equilibrar a exploração econômica e a conservação ambiental. Estudos de caso podem demonstrar como a implementação de práticas sustentáveis, como o ecoturismo e o turismo de baixo impacto, pode não apenas evitar danos, mas também ser uma aliada na sensibilização ambiental dos visitantes.

Esses estudos permitem que se compreenda como as unidades de conservação podem ser motores de desenvolvimento local, pois, a proteção do patrimônio natural gera uma valorização dessas áreas, que, por sua vez, pode atrair investimentos, tanto do setor público quanto privado em infraestrutura, serviços e promoção turística. A implementação de iniciativas que envolvem a comunidade local nas atividades turísticas, como guias turísticos locais ou produtos artesanais, fortalece o vínculo entre conservação e desenvolvimento, criando uma fonte de

renda sustentada pelo próprio ecossistema protegido.

Portanto, ao analisar os estudos de caso sobre o turismo sustentável em áreas protegidas, é possível perceber a importância das unidades de conservação não apenas como espaços de proteção ambiental, mas também como catalisadores para o desenvolvimento econômico local e para a conscientização sobre a necessidade de preservar os recursos naturais. Assim, é possível - de forma integrada e equilibrada - alcançar um modelo de turismo que respeita tanto as necessidades das comunidades locais quanto a conservação da biodiversidade, criando um ciclo virtuoso de benefícios para todos os envolvidos, como nos casos analisados.

Foram selecionados para estudo as ações de turismo sustentável nas Unidades de Conservação (UC) o Parque Nacional do Iguaçu (PR), Bonito (MS) e Reserva Mamirauá (AM), as quais tem se destacado como modelo de gestão integrada entre conservação ambiental e desenvolvimento econômico. Embora, desconvizinhos e apresentando características naturais e culturais distintas, elas compartilham práticas fundamentais que garantem a sustentabilidade e os benefícios mútuos entre a natureza e as comunidades locais.

Cada uma dessas UCs, possuem em seus planejamentos de gestão ambientais características marcantes de sucesso, que podem ser replicadas no turismo sustentável em outras unidades de conservação, como também em áreas onde se busca implantar um turismo ecologicamente consciente. No Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, tem-se como destaque, o controle rigoroso do número de visitantes e a infraestrutura ecológica que visam minimizar os impactos sobre o ecossistema da Mata Atlântica, ao mesmo tempo, em que proporcionam uma experiência educativa e de sensibilização sobre a importância ecológica da preservação das Cataratas do Iguaçu.

No Mato Grosso do Sul, em Bonito, o uso controlado de atrativos naturais, como grutas e rios de águas cristalinas, é acompanhado de monitoramento ambiental contínuo, permitindo que o turismo seja um aliado na conservação dos ecossistemas, além de fonte de renda para a população local. Já na Reserva Mamirauá, no verdejante estado do Amazonas, a relação entre o turismo e as comunidades ribeirinhas foi fundamental para alavancar a economia local sem comprometer os recursos naturais da Amazônia.

No contexto global, esses exemplos oferecem soluções para outras áreas

com altos valores ambientais e culturais, mostrando que o turismo pode ser um aliado poderoso na conservação e recuperação dos recursos naturais, estimulando o desenvolvimento sustentável na sua literalidade: geração de renda sem prejudicar a biodiversidade. Criando, assim, um impacto positivo e duradouro em suas respectivas regiões.

Parque Nacional do Iguaçu (PR): gestão eficiente do turismo e conservação ambiental.

O Parque Nacional do Iguaçu (imagem 1) , localizado no estado do Paraná, é um dos mais importantes patrimônios naturais do Brasil e do mundo. Criado em 1939, o parque abriga um ecossistema rico em biodiversidade e é reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Natural da Humanidade. Além disso, é um dos principais destinos turísticos do país, atraindo visitantes nacionais e estrangeiros que buscam contemplar as famosas Cataratas do Iguaçu e conhecer a vasta biodiversidade do bioma da Mata Atlântica.

Imagem 1: Parque Nacional do Iguaçu.



Fonte: Cataratas do Iguaçu | RE Assessoria. Site comboio Iguaçu. 2022.

A gestão do turismo no Parque Nacional do Iguaçu é baseada em práticas sustentáveis que conciliam o fluxo de visitantes com a preservação ambiental; para garantir essa harmonia, diversas estratégias foram adotadas, como o controle da capacidade de carga das trilhas e áreas de visitação, o uso de transporte coletivo interno com veículos elétricos, passarelas suspensas, delimitação de áreas sensíveis e a aplicação de normas rígidas para a conduta dos visitantes. Além

disso, a implementação de tecnologias, como o aplicativo BoRa Parque Nacional do Iguaçu, facilita a experiência dos turistas ao oferecer informações educativas sobre a fauna, flora e cultura local.

No âmbito da conservação ambiental, o parque desempenha um papel fundamental na proteção da biodiversidade, com uma área de aproximadamente 185 mil hectares, abriga espécies ameaçadas de extinção, como a onça-pintada (*Panthera onca*) e o gavião-real (*Harpia harpyja*). O monitoramento da fauna e da flora, aliado a projetos de reflorestamento e combate a incêndios, contribui para a manutenção do equilíbrio ecológico da região, além disso, parcerias com universidades e centros de pesquisa possibilitam estudos científicos voltados para a preservação da Mata Atlântica.

A gestão eficiente do Parque Nacional do Iguaçu também envolve a participação da comunidade local, iniciativas de educação ambiental, programas de ecoturismo e a valorização da cultura regional promovem o desenvolvimento sustentável e incentivam a conscientização sobre a importância da conservação. A colaboração entre órgãos governamentais, empresas privadas e organizações não governamentais (ONGs) fortalece as políticas de proteção e garante a manutenção desse patrimônio natural, considerado um destino turístico de relevância global.

Bonito (MS): modelo de ecoturismo baseado na sustentabilidade e controle de visitantes.

Bonito, localizado no estado de Mato Grosso do Sul, é amplamente reconhecido como um dos principais destinos de ecoturismo no Brasil e no mundo, destacando-se não apenas pela sua beleza natural, mas também pela sua abordagem inovadora e exemplar no que diz respeito à sustentabilidade e ao controle de visitantes. A cidade e seus arredores abrigam uma vasta rede de atrativos naturais, como rios de águas cristalinas, cavernas, cachoeiras e uma rica biodiversidade, no entanto, o que realmente coloca Bonito em um patamar distinto é o modelo de gestão que equilibra a preservação ambiental com os benefícios econômicos do turismo, garantindo que o crescimento do setor não sobrecarregue os ecossistemas locais.

A gestão sustentável do turismo em Bonito é marcada por um controle rigoroso sobre o número de visitantes nos diversos atrativos turísticos da região. Desde a década de 90, a cidade implementou um sistema de licenciamento e

regulamentação para as empresas que operam no setor, para controlar o impacto ambiental do turismo, cada atrativo natural possui um limite de visitantes por dia, uma medida essencial para evitar o desgaste excessivo dos ecossistemas frágeis, como os rios e cavernas, este controle de fluxo de turistas tem sido fundamental para preservar a qualidade da água, a fauna e a flora locais, garantindo que a experiência de ecoturismo em Bonito seja, ao mesmo tempo, enriquecedora e respeitosa com o meio ambiente.

O termo ecoturismo foi cunhado por meados da década de 80, tendo seu primeiro registro em 1983 atribuído ao arquiteto mexicano, ecologista e pioneiro no campo do ecoturismo Héctor Ceballos-Lascuráin. Segundo Tafarelo (2022), Bonito [adotando a expressão difundida por Ceballos-Lascuráin] tornou-se a “capital brasileira do ecoturismo”, pois com a estruturação do turismo ecológico de forma visionária a região tornou-se um modelo por conciliar a geração de renda com a conservação dos ecossistemas, outra iniciativa que se mostrou na época eficaz foi a criação do Sistema Voucher Único (ainda utilizado pelos visitantes atualmente) para organizar e instituir regramentos para as visitas:

“Foi só a partir de 1995 que o turismo na região começou a ganhar contornos mais concretos: além de uma lei que tornou obrigatório o acompanhamento de guias de turismo nos atrativos, neste ano foi instituído o voucher único pelo Conselho Municipal de Bonito, documento que funcionava para o guia de turismo, o atrativo turístico, a agência e a prefeitura. Usado até hoje, o voucher possibilitou um maior controle tributário e estatístico das agências e da visitação no município, ditando as regras no destino. Comprado através das agências, é só através do voucher que os turistas têm acesso aos atrativos. Para Janaina Mainchein, coordenadora do OTEB, o documento ajudou a moldar o turismo organizado em Bonito como ele é hoje, algo que começou lá atrás e que é modelo para outros destinos e comissões técnicas” (TAFARELO, 2022).

Além do controle do número de turistas, a educação ambiental desempenha um papel crucial no modelo de ecoturismo de Bonito. Os guias locais, capacitados em práticas sustentáveis, atuam como agentes de conscientização, proporcionando aos visitantes uma compreensão profunda sobre a importância da preservação ambiental e sobre as peculiaridades da região. Segundo Borges (2011), dentre os projetos desenvolvidos por ONGs, encontra-se o de capacitação de guias turísticos como o projeto EONciente, que aborda as principais ações que diretamente influenciam a atividade turística de Bonito:

“Em parceria com a Fundação Citi, o projeto Guia EONciente - Consciência Ecológica, por meio do Ecoturismo, é um curso de capacitação para guias de turismo e monitores de atrativos turísticos de Bonito. O objetivo é capacitá-los nas áreas de conhecimentos específicos, como ecologia, biologia da conservação, legislação ambiental, além de enriquecer os conhecimentos já adquiridos sobre fauna e flora locais.

Assim, busca-se sensibilizá-los quanto à importância da conservação da natureza, tornando-os agentes multiplicadores desse processo com a comunidade e os visitantes locais” (BORGES, 2011, p.47).

Ao longo das atividades turísticas (imagem 2), como flutuação nos rios ou visitas a cavernas, os turistas são constantemente informados sobre como suas ações podem impactar os ecossistemas, promovendo um turismo mais responsável, essa abordagem educativa não só enriquece a experiência dos visitantes, mas também cria uma cultura de respeito à natureza, essencial para a sustentabilidade do destino a longo prazo.

Imagem 2: passeio de barco em Bonito – MS.



Fonte: Bruno Chaves. site turismo.ms.gov.br. 20 de outubro 2021.

Outro ponto que distingue Bonito como um modelo de ecoturismo sustentável é a integração das comunidades locais nas atividades turísticas; a gestão do ecoturismo tem proporcionado emprego e capacitação para os moradores da região, que se tornam parte ativa do processo. Os serviços turísticos, como guias, recepção e alimentação, são na maioria fornecidos por empresas locais, o que garante que os benefícios econômicos do turismo sejam distribuídos diretamente para as comunidades, esse envolvimento das populações locais no turismo também tem ajudado a criar uma rede de negócios sustentáveis, com um foco crescente em práticas como o manejo sustentável dos recursos naturais e a promoção de produtos e serviços que respeitam o meio ambiente.

O sucesso do modelo de ecoturismo de Bonito também está relacionado à parceria entre o setor público e privado, o município, em colaboração com organizações não governamentais e instituições de pesquisa, desenvolveu políticas e estratégias que promovem a conservação dos recursos naturais, ao mesmo

tempo que incentivam o turismo. Essa parceria tem sido fundamental para a implementação de um sistema de monitoramento ambiental contínuo, que avalia a saúde dos ecossistemas e ajusta as práticas de turismo conforme necessário.

O modelo de gestão ambiental de Bonito é frequentemente citado como um exemplo de turismo de baixo impacto, que demonstra que é possível alavancar a economia local por meio do turismo sem comprometer a integridade dos recursos naturais. Portanto, Bonito (MS) se configura como um modelo exemplar de ecoturismo, onde a sustentabilidade e o controle de visitantes são aspectos centrais de sua estratégia de desenvolvimento econômico e sustentável.

O equilíbrio entre preservação ambiental, educação, participação local e gestão pública e privada tem permitido que Bonito não apenas seja um destino turístico de destaque, mas também um exemplo de como a integração entre turismo e conservação pode gerar benefícios duradouros tanto para a natureza quanto para as comunidades locais. A cidade serve como uma referência para outras regiões do Brasil e do mundo, demonstrando que o ecoturismo pode ser uma, dentre tantas ferramentas eficazes, para promover a conservação, ao mesmo tempo, em que contribui para o desenvolvimento econômico sustentável.

Reserva Mamirauá (AM): turismo comunitário como ferramenta de conservação da biodiversidade.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, localizada no estado do Amazonas, é um dos mais significativos exemplos de conservação ambiental aliada ao desenvolvimento sustentável no Brasil. Criada em 1996, a reserva tem como principal objetivo proteger o ecossistema de várzea da Amazônia, garantindo a preservação da biodiversidade e promovendo o bem-estar das comunidades locais, com uma área de aproximadamente 1,1 milhão de hectares, Mamirauá abriga uma rica diversidade de espécies, incluindo animais emblemáticos como o boto-cor-de-rosa (*Inia geoffrensis*), o peixe-boi-amazônico (*Trichechus inunguis*) e o macaco uacari-branco (*Cacajao calvus*), além de uma grande variedade de aves e peixes.

O turismo comunitário tem sido uma das principais estratégias adotadas na reserva para conciliar conservação e geração de renda para as populações tradicionais, esse modelo de turismo é baseado no envolvimento direto das comunidades locais na gestão das atividades turísticas, garantindo que os

benefícios econômicos sejam distribuídos de forma equitativa. Em Mamirauá, a iniciativa mais conhecida é a Pousada Uacari (imagem 3), um empreendimento de ecoturismo gerido em parceria com os moradores da reserva, onde os visitantes têm a oportunidade de conhecer a biodiversidade local, participar de trilhas interpretativas, realizar passeios de canoa e interagir com as comunidades ribeirinhas, sempre respeitando os princípios da sustentabilidade.

Imagem 3: Reserva Mamirauá, Pousada Uacari.



Fonte: site maioba, autor da imagem João Paulo BP.

Os impactos positivos do turismo comunitário na Reserva Mamirauá são evidentes tanto no aspecto ambiental quanto no social, do ponto de vista da conservação, a presença de visitantes e a geração de renda sustentável reduzem a necessidade de atividades predatórias, como a caça e a pesca ilegal. Além disso, os recursos obtidos com o turismo são reinvestidos em projetos de monitoramento da fauna, proteção dos ecossistemas e capacitação dos moradores para atuarem como guias e gestores das atividades turísticas; no âmbito social, o turismo fortalece a identidade cultural das comunidades, valoriza os conhecimentos tradicionais e proporciona melhorias na qualidade de vida por meio do acesso à educação, saúde e infraestrutura.

Apesar dos avanços, o turismo comunitário na Reserva Mamirauá ainda enfrenta desafios, como a necessidade de maior investimento em infraestrutura, a capacitação contínua dos moradores e a adaptação às mudanças climáticas, que impactam os ecossistemas de várzea, contudo, o modelo adotado na reserva demonstra que é possível aliar o turismo à conservação da biodiversidade,

promovendo um desenvolvimento sustentável e inclusivo. O sucesso da experiência de Mamirauá serve como referência para outras áreas protegidas da Amazônia e do mundo, evidenciando o potencial do turismo comunitário como ferramenta eficaz para a conservação dos recursos naturais e o fortalecimento das populações locais.

METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa fundamenta-se na revisão bibliográfica, na análise de notícias provenientes de sites jornalísticos confiáveis, na abordagem qualitativa e no estudo de caso, permitindo uma compreensão aprofundada do tema investigado.

De acordo com Coelho (2023) “A revisão bibliográfica é [...] a revisão das pesquisas e das discussões de outros autores sobre o tema que será abordado em seu trabalho”, a autora subdivide a revisão bibliográfica em dois tipos: integrativa ou sistemática. A utilizada para a composição deste trabalho foi a abordagem integrativa por utilizar tanto fontes primárias como secundárias a respeito do tema.

Visando sistematizar o conhecimento já existente sobre o tema, foram identificadas lacunas e fundamentaram-se teoricamente as discussões desenvolvidas ao longo do estudo. A seleção das fontes seguiu critérios de relevância, atualidade e credibilidade, garantindo a utilização de materiais reconhecidos pela comunidade científica.

Além disso, recorreu-se à análise de notícias em sites jornalísticos, o que permitiram a contextualização do objeto de estudo em cenários contemporâneos e reais; a escolha dos veículos de comunicação baseou-se em sua reputação, compromisso com a veracidade dos fatos e uso de fontes verificáveis. Esse método contribuiu para a compreensão de como determinadas questões são abordadas na esfera pública e privada, possibilitando um contraponto entre a literatura acadêmica e a cobertura jornalística.

A pesquisa também se caracteriza como qualitativa, uma vez que busca interpretar e compreender fenômenos sociais a partir de perspectivas subjetivas e contextuais. Em vez de focar em dados numéricos e estatísticos, a abordagem qualitativa privilegia a análise de discursos, narrativas e significados, permitindo um exame aprofundado das percepções e construções sociais relacionadas ao tema investigado.

E buscando compreender as construções sociais e os desafios do desenvolvimento sustentável em áreas protegidas, onde é necessário conservar aos recursos naturais e (ao mesmo tempo) promover o desenvolvimento social; adotou-se a abordagem qualitativa na pesquisa segundo a retórica de Minayo *apud* Gadamer (2011) “o verbo principal da análise qualitativa é compreender.

Compreender é exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro, tendo em vista que, como seres humanos, temos condições de exercitar esse entendimento”.

Por fim, o estudo incorpora a metodologia de estudo de caso, que possibilita uma análise detalhada e contextualizada de iniciativas bem-sucedidas de turismo sustentável em áreas protegidas, a escolha desse método justifica-se pela necessidade de exemplificar como estratégias de conservação ambiental podem ser conciliadas com o desenvolvimento socioeconômico local. O estudo de caso permitiu avaliar as práticas implementadas, os desafios enfrentados e os resultados obtidos, fornecendo subsídios para a replicação de boas práticas em diferentes contextos.

A triangulação dessas metodologias possibilitou uma análise robusta, articulando o embasamento teórico, a conjuntura atual e a interpretação crítica dos fenômenos estudados. Dessa forma, a pesquisa não apenas descreve e sistematiza informações, mas também propõe reflexões fundamentadas sobre a viabilidade e os impactos do turismo sustentável em áreas protegidas no caso concreto em regiões com biomas distintos de norte a sul do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo sustentável em áreas protegidas representa uma estratégia essencial para equilibrar a conservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico local. As Unidades de Conservação (UCs) desempenham um papel central nesse processo, pois garantem a proteção da biodiversidade ao mesmo tempo, em que promovem atividades econômicas sustentáveis; quando bem manejado por meio de estratégias eficazes de gestão ambiental com foco no desenvolvimento sustentável, o turismo nessas áreas pode gerar benefícios ambientais, sociais e econômicos, fortalecendo a conscientização ecológica e promovendo o uso responsável dos recursos naturais.

No Brasil, diversas UCs demonstram como essa abordagem pode ser bem-sucedida, conciliando turismo, conservação e geração de renda para as comunidades locais, como nos estudos de caso apresentados das Unidades de Conservação do Parque Nacional do Iguaçu (PR), Bonito (MS) e Reserva Mamirauá (AM). Entretanto, para que o turismo em áreas protegidas seja realmente sustentável, é essencial haver um planejamento rigoroso, monitoramento contínuo e a participação ativa das comunidades locais e de instituições responsáveis pela gestão ambiental.

O estudo de casos citados ilustra como diferentes estratégias de manejo do turismo podem garantir a proteção ambiental e o fortalecimento da economia local, gerando empregos diretos e indiretos em setores como hotelaria, gastronomia e serviços turísticos, demonstrando que o equilíbrio entre uso econômico e conservação ambiental é possível quando há planejamento e engajamento da comunidade.

Os exemplos analisados demonstram que o turismo sustentável em Unidades de Conservação pode ser uma poderosa ferramenta para proteger a biodiversidade e promover o desenvolvimento econômico local. No entanto, para que esse modelo seja bem-sucedido, é essencial haver planejamento estratégico, monitoramento contínuo e envolvimento das comunidades no processo de gestão. Além disso, a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas à regulamentação e ao incentivo ao ecoturismo são fundamentais para garantir que os benefícios do turismo sejam distribuídos de forma equitativa e que os impactos ambientais sejam mitigados.

O sucesso dessas experiências reforça a importância de investimentos contínuos em infraestrutura sustentável, capacitação profissional e educação ambiental. O turismo sustentável, quando bem-planejado – cabe ressaltar - não apenas protege ecossistemas frágeis, mas também cria oportunidades para que as populações locais se beneficiem economicamente de maneira equilibrada e responsável.

Assim, as Unidades de Conservação não apenas preservam a biodiversidade, mas também se tornam agentes do desenvolvimento local, servindo como modelos para a implementação de políticas de turismo sustentável em diferentes contextos no Brasil e no mundo. O fortalecimento dessa abordagem, aliado a um comprometimento governamental e social contínuo, pode transformar o turismo sustentável em um pilar fundamental para a conservação ambiental e para a melhoria da qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades dessas áreas protegidas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Guilherme P. de. GELBCKE, Daniele Lima. **Turismo comunitário: uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento**. Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica, v. 10, nº 03. p. 357 – 378, set/dez. 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Maysa%20Melo/Downloads/luiz50,+Artigo+03.pdf>. Acesso em 24 de fevereiro de 2025.

BORGES. Livia Silva. **O turismo como instrumento de desenvolvimento sustentável em Bonito – MS**. Curitiba. 2011. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/32614/LIVIA%20SILVA%20BORGES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 22 de fevereiro de 2025.

BRASIL. Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 abril. 1999. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em 17 de fevereiro de 2025.

BUENO, Fernando Protti. PIRES, Paulo dos Santos. **Ecoturismo e educação ambiental: possibilidades e potencialidades de conservação da natureza**. IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL Universidade de Caxias do Sul – Mestrado em Turismo Caxias do Sul, RS, Brasil – 7 e 8 de julho de 2006. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT08-5.pdf. Acesso em 24 de fevereiro de 2025.

BP, João Paulo. **Reserva Mamirauá, pousada Uacari**. Disponível em: <https://maioba.com.br/reserva-mamiraua/>. Acesso em 25 de fevereiro de 2025.

CAMPOS, Angelo Mariano Nunes. **O ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável**. Caderno Virtual de Turismo ISSN: 1677-6976 Vol. 5, Nº 1 (2005). Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1154/115416150001.pdf>. Acesso em 24 de fevereiro de 2025.

CHAVES, Bruno. **“Estamos nos reerguendo”**: guia de turismo de Bonito relata recomeço durante a pandemia. 20 out 2021. Disponível em: <https://www.turismo.ms.gov.br/estamos-nos-reerguendo-guia-de-turismo-de-bonito-relata-recomeco-durante-a-pandemia/>. Acesso em 25 de fevereiro de 2025.

COELHO, Beatriz. **Mão na massa: como fazer revisão bibliográfica no seu trabalho?** 2023. Disponível em: <https://blog.metzger.com/revisao-bibliografica/#:~:text=A%20revis%C3%A3o%20bibliogr%C3%A1fica%20%C3%A9%2C%20de,autores%20para%20a%20sua%20pesquisa>. Acesso em 24 de fevereiro de 2025.

COMBOIO IGUAÇU. **13 Curiosidades do Parque Nacional do Iguaçu para você desvendar.** Grupo Tarobá. 2022. Disponível em: <https://www.comboiguassu.com.br/13-curiosidades-do-parque-nacional-do-iguacu-para-voce-desvendar/>. Acesso em 24 de fevereiro de 2025.

CUSTÓDIO, Fernando. **12 aplicativos de turismo no Brasil – 2023.** Disponível em: <https://fwctecnologia.com/blog/post/12-aplicativos-turismo-Brasil-2023>. Acesso em 22 de fevereiro de 2025.

D'OLIVEIRA, Enílson. BURSZTYN, Ivan. BADIN, Luciana. **Parque Nacional do Iguaçu.** Caderno Virtual de Turismo ISSN: 1677-6976 Vol. 2, N° 4 (2002). Disponível em: file:///C:/Users/Maysa%20Melo/Downloads/fe_barcelos,+CVT-2006-23.pdf. Acesso em 22 de fevereiro de 2025.

FERNANDES, Larissa Regis. **A capacidade de carga como instrumento do planejamento turístico sustentável em áreas litorâneas.** 3º Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. 2005. Caxias do Sul – RS. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/gt4-a-capacidade.pdf>. Acesso em 24 de fevereiro de 2025.

MACHADO, Daniela Santos. **Educação ambiental o ecoturismo e seus impactos educação ambiental o ecoturismo e seus impactos.** Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/27-educacao-ambiental.pdf>. Acesso em 24 de fevereiro de 2025.

MMA. **MMA lança APP Parques do Brasil.** 18/12/2018. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/mma-lanca-app-parques-do-brasil>. Acesso em 22 de fevereiro de 2025.

MAPBIOMAS. **Em 2023, a perda de áreas naturais no Brasil atinge a marca de 33% do território.** 21 de agosto de 2024. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2024/08/21/em-2023-a-perda-de-areas-naturais-no-brasil-atinge-a-marca-historica-de-33-do-territorio/>. Acesso em 17 de fevereiro de 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade.** 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMFf/>. Acesso em 18 de dezembro de 2024.

QUEIROZ, Edileuza Dias de. VALLEJO, Luiz Renato. **Uso público em unidades de conservação – entre o ideal e o real.** Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação. Niterói, RJ. Vol. 5, nº 9. 2017 http://www.periodicos.uff.br/uso_publico. Disponível em: <file:///C:/Users/Maysa%20Melo/Downloads/28741-Texto%20do%20Artigo-99038-1-10-20190510.pdf>. Acesso em 24 de fevereiro de 2025.

REDAÇÃO GAZETA DE TOLEDO. **O aplicativo BoRa oferece uma maneira inovadora de visitar o Parque Nacional Iguçu.** 11 de novembro de 2022. Disponível em: https://gazetadetoledo.com.br/o-aplicativo-bora-oferece-uma-maneira-inovadora-de-visitar-o-parque-nacional-iguacu/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em 22 de fevereiro de 2025.

RIBEIRO, Felipe Oliveira . **O uso do MapBiomias na análise de perda de vegetação natural e apoio a Legislação Florestal atual em Bragança (Pará).** Tecnologias e Estudos Ambientais | v. 10 n. 3 (2022). Disponível em <https://revistabrasileirademeioambiente.com/index.php/RVBMA/article/view/1252>. Acesso em 22 de fevereiro de 2025.

SOUZA, Alcian Pereira de. SALES, Ricardo Augusto Campolina de. SIMAS, Danielle Costa de Souza. JUSTINIANO, Jeibson dos Santos. JÚNIOR, Albefredo Melo de Souza. MARINHO, Vania Maria Marques. NORTE, Naira Neila Batista de Oliveira. ABRAHÃO, Renata Alanis. **Tecnologia e proteção legal do meio ambiente amazônico: monitoramento e conservação da biodiversidade através de inovações tecnológicas.** DOI: 10.55905/rdelosv17.n57-027. 2024. Disponível em: <file:///C:/Users/Maysa%20Melo/Downloads/027+Delos.pdf>. Acesso em 24 de fevereiro de 2025.

TAFARELO, Saulo . **Bonito (MS): como a cidade se transformou na capital brasileira do ecoturismo.** CNN Brasil. 14 de março 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/viagemegastronomia/viagem/bonito-ms-como-a-cidade-se-transformou-na-capital-brasileira-do-ecoturismo/>. Acesso em 22 de fevereiro de 2025.